

Entre gritos reprimidos e pés sobre a mata: violência, mobilidades e formas de silenciamentos na guerra de Cabo Delgado, Moçambique¹

Zacarias Milisse Chambe²

Resumo: Desde Outubro de 2017, quando um grupo armado localmente conhecido por mashababos invadiu várias aldeias de Mocimboa da Praia, no extremo Norte da província de Cabo Delgado, em Moçambique, milhares de pessoas abandonaram suas casas e machambas para se refugiar em Nacaca, uma aldeia do Distrito de Montepuez, onde o governo instalou um centro para abrigar os deslocados das regiões conflagradas. De ataques esporádicos incessantes, as invasões dos mashababos se alastraram a muitos outros Distritos, matando, sequestrando e saqueando lojas, celeiros e casas. Neste artigo, pretendo explorar as narrativas sobre como esta guerra impera não só a violência física perpetrada pelos mashababos, mas também as outras formas [de violência], desde simbólicas a psicológicas, através de repressões e silenciamentos, praticadas também por agentes do Estado que prestam a assistência de vária ordem aos centros de acolhimentos aos deslocados. Amparado por uma etnografia realizada entre 2018 e 2021, a tese central deste artigo é de que os deslocamentos impostos contra as vítimas da guerra, se interseccionam no seu exercício de memória no querer contar as experiências vivenciadas sobre os traumas que se criam pelas formas de silenciamentos impostos por diversos actores que perpassam aos seus novos espaços de refúgio.

Palavras-chave: Guerra. Violência. Silenciamento. Mobilidades. Cabo Delgado. Moçambique.

¹ A pesquisa para este artigo, é resultado de um projecto desenvolvido com suporte da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, FAPESP, (Processo 2022/08122-7), a qual agradeço pelo financiamento. Agradeço também aos três avaliadores anónimos por suas percepções e comentários na primeira versão deste artigo. Este texto foi escrito no padrão de Português de Moçambique. Todos termos aqui usados considerados não comuns no Português do Brasil, contém a devida explicação entre parênteses ou nas notas de rodapé.

² Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: zacariastsambe@gmail.com

Among repressed screams and feet in the forest: violence, mobilities and silencing in the war in Cabo Delgado, Mozambique

Abstract: Since October 2017, when an armed group known locally as mashababos invaded several villages in Mocimboa da Praia, in the far north of Cabo Delgado province, Mozambique, thousands of people abandoned their homes and fields to take refuge in Nacaca, a village in the District de Montepuez, where the government set up a center to house displaced people from the conflicted regions. From incessant sporadic attacks, the mashababo raids have spread to many other Districts, killing, kidnapping and looting stores, barns and homes. In this article, I intend to explore the narratives about how this war prevails not only the physical violence perpetrated by the mashababos, but also other forms [of violence], from symbolic to psychological, through repression and silencing, also practiced by State agents who provide various kinds of assistance to reception centers for displaced people. Supported by an ethnography carried out between 2018 and 2021, the central thesis of this article is that the displacements imposed against the victims of war intersect in their exercise of memory in wanting to tell the lived experiences about the traumas that are created by the forms of silencing imposed by different actors that permeate their new spaces of refuge.

Keywords: War. Violence. Silencing. Mobilities. Cabo Delgado. Mozambique.

Entre gritos reprimidos y pies en el bosque: violencias, movilidades y formas de silenciamiento en la guerra de Cabo Delgado, Mozambique

Resumen: Desde En octubre de 2017, cuando un grupo armado conocido localmente como mashababos invadió varias aldeas en Mocimboa da Praia, en el extremo norte de la provincia de Cabo Delgado, Mozambique, miles de personas abandonaron sus hogares y campos para refugiarse en Nacaca, una aldea en el distrito de Montepuez, donde el gobierno instaló un centro para albergar a los desplazados de las regiones en conflicto. A partir de incesantes ataques esporádicos, las redadas mashababo se han extendido a muchos otros Distritos, matando, secuestrando y saqueando tiendas, graneros y casas. En este artículo pretendo explorar las narrativas sobre cómo esta guerra prevalece no sólo por la violencia física perpetrada por los mashababos, sino también por otras formas [de violencia], desde la simbólica hasta la psicológica, pasando por la represión y el silenciamiento, también practicada por agentes del Estado que prestar diversos tipos de asistencia a los centros de acogida de personas desplazadas. Apoyada en una etnografía realizada entre 2018 y 2021, la tesis central de este artículo es que los desplazamientos impuestos a las víctimas de la guerra se

entrecruzan en su ejercicio de la memoria al querer contar las experiencias vividas sobre los traumas que generan las formas de silenciamento impuesto por diferentes actores que permean sus nuevos espacios de refugio.

Palabras clave: Guerra. Violencia. Silenciamientos. Movilidades. Cabo Delgado. Mozambique.

Introdução

“A matança foi de tal ordem que gerações vindouras sentirão o cheiro de sangue quente misturado com capim. As populações da zona emigraram para sempre, incapazes de suportar o cheiro dos mortos que se colara ao adobe das cubatas. As famílias que resistiram ao êxodo durante meses viram-se na contingência de abandonar a zona pelo simples facto de o milho ter o sabor do sangue humano, e a água dos poços conter restos de ossadas humanas”.

[Ungulani Ba Ka Khossa, In: Ualalapi]

Em 05 de Outubro de 2017, um grupo de homens cujas origens e motivações ainda são oficialmente desconhecidas, invadiu três Esquadras Policiais do Distrito de Mocimboa da Praia, no extremo do litoral da Província de Cabo Delgado, a norte de Moçambique, roubaram armas, fardamentos e outros materiais policiais e puseram-se para o interior das aldeias, iniciando uma matança que resiste aos anos, sem dó nem piedade.

Embora os primeiros pronunciamentos do governo davam entender tratar-se de um grupo de “marginais sem organização nem liderança” que tinham por objectivo “criar desordem nas comunidades”, para as populações das aldeias conflagradas que assistiram o terror da destruição, esse momento tornou-se o reinício de trágicas experiências sobre uma incessante violência militar no país.

O que nas narrativas oficiais do governo, era classificado como simples insurgência de marginais sem nenhuma liderança e objectivo claro, foi com o passar dos meses, se alastrando a mais outros Distritos da Província, deixando em cada uma delas, sinais

de uma avassaladora destruição. A cada ataque, o número de vítimas mortais, sequestros, desaparecidos e deslocados crescia. Mulheres, crianças, jovens e idosos se empilhavam junto das suas trouxas em camionetas de pessoas singulares ou **machimbombos**³, e abandonavam as suas aldeias em busca refúgio nas regiões ainda consideradas seguras. Aqueles que podiam refugiavam-se na casa de familiares ou conhecidos.

Muitos outros a pé desbravavam arbustos espinhosos pelas matas, sem destino predefinido. Ao chegar aos centros urbanos, sem um familiar que os acolhesse, aglomeravam-se junto das suas trouxas e filhos menores nas estações de transportes públicos, nos campos de futebol ou nas portas das mesquitas e igrejas. Falava-se continuamente de ataques violentos nas aldeias, palhotas incendiadas, de corpos com cabeças decepadas e abandonados nas **machambas**⁴.

Embora as autoridades do governo nunca confirmavam os casos desses relatos populares, alegando serem “produtos de desinformação”, a tensão veio aumentar quando a 17 de Novembro de 2017 nas aldeias de Mitumbate e Maculo, localizadas nas proximidades da vila municipal de Mocimboa da Praia, a escalada dos grupos armados alcançou um nível mediático, ao incendiar várias casas e deixarem 27 famílias desabrigadas.

Amina, uma jovem de 16 anos, junto da família e outras dezenas de vizinhos, abandonaram a sua aldeia e puseram-se à mata em busca de refúgio. Durante a caminhada, olhava para todos os lados de esguelha sem emitir uma única palavra, ajeitava a sua capulana que ia da parte superior dos seios até abaixo dos joelhos, como que a reivindicar a dignidade do seu corpo exposto sobre vários olhares. As partes do corpo que a capulana deixava-as

³ Referente a ónibus de transporte público colectivo.

⁴ Equivalente à roça, plantação ou campo agrícola. O termo machamba tem origem no suaíli (*swahili*), “shamba” que significa terreno e cultivo. Em Moçambique, o uso da palavra generalizou-se a partir do norte do país, região com significativo número de pessoas falantes do swahili, devido a fronteira com a Tanzânia, país onde a língua é oficial.

descobertas, tinham marcas de cortes e açoites dos ramos das árvores espinhosas desbravados na fuga. Havia no grupo pouco mais de duas dúzias de outras mulheres, algumas com bebês às costas outras com trouxas dos poucos bens que conseguiram carregar à cabeça. Os homens que se declaravam mais vividos pelas experiências das outras guerras passadas, acenavam com as mãos para que todos se juntassem para formar um círculo. Sussurravam algumas palavras pouco audíveis: rotas de fuga e regras de comportamento pela mata. Homens e mulheres, idosos, jovens e crianças, cada um deles seguravam com firmeza a mão do seu parente para que não o perdesse naquela mata. Os homens e as mulheres mais velhos que haviam experienciado diversas outras guerras, tinham os corpos suados pela adrenalina da fuga. O som dos roquetes e das balas que ainda ouviam-se pelo lado das suas aldeias reviviam os traumas não curados desses outros tempos, que teimam a repetir-se hoje em Cabo Delgado. Seguiram pelas margens do rio Montepuez, em direcção ao sul da província, região então considerada segura. Entre sol, chuva, noites e dias de caminhadas, chegaram ao Distrito de Montepuez, onde confrontaram-se com o caos de muitas centenas de pessoas de outras aldeias, que também buscavam abrigo e segurança na pequena vila.

Diante de uma eminente babel humanitária, o governo iniciou a limpeza de vários hectares de terra para instalar os primeiros centros que acolheriam os novos desterrados. Foram escolhidas várias aldeias, distante de todo qualquer serviço público básico. Nacaca, uma aldeia do Distrito de Montepuez no sul da Província, foi a primeira aldeia a acolher os primeiros desterrados. Era uma localidade inóspita com vários hectares de terra, onde os poucos habitantes que ali moravam partilhavam o mesmo espaço com muitos animais e árvores frondosas, sem nenhuma infraestrutura de serviços sociais a funcionar. Entre a fuga para salvar-se e as chegadas em novas terras, o movimento era incessante.

O governo mobilizou um contingente militar para iniciar uma forçosa retirada dos desterrados dos vários locais onde

se encontravam abrigados na Cidade para o novo centro. Ao confrontar-se com este segundo deslocamento forçado, agora pelo governo com recurso às FDS (Forças de Defesa e Segurança), a Polícia e o Exército nomeadamente, para instalar-se numa aldeia muito distante do centro urbano, viam-se mais uma vez privados do direito de decidir onde morar.

— “Aqui não há nada. O governo nos mandou para aqui, “para viver só”⁵.

É assim que Amina caracterizava Nacaca. Esse êxodo de populações civis de origens culturalmente diversas que começam a partilhar os mesmos locais começa a reproduzir outras formas de violências nos centros de acolhimento.

Este artigo, busca explorar as narrativas de uma relação problemática entre as populações deslocadas e dos agentes do Estado que prestam assistências aos novos centros, através de discussão da expressão e do significado, tanto de um exercício de memória quanto de uma política do silenciamento. É exactamente a partir desta problemática em que foram formuladas as perguntas que guiaram o trabalho etnográfico realizado entre 2018 e 2021 no Centro de Nacaca: de que forma e em que grau esses desentendimentos entre as populações deslocadas e os agentes do Estado escalaram a um nível de violência que impõem uma invisibilização e silenciamento de vozes de memória das vítimas desta guerra? Poderíamos atribuir a cada um dos 2 grupos, uma responsabilidade do que seria moralmente vinculado como principal razão que justificasse essa violência? Ou ao contrário: a manifesta vontade das vítimas de falar sobre os seus traumas e experiências violentas vivenciadas, seriam uma porta aberta para essas conflitualidades?

O argumento central deste artigo é que para além de servirem de locais de segurança e protecção aos deslocados, os

⁵ “Viver só”, é uma frase que expressa não apenas a sensação do abandono mas também, a vida diante de uma situação de letargia e sem sentido. Em Moçambique diz-se “vive só”, aquele que não tem uma ocupação, acorda e vê as horas passarem sem fazer absolutamente nada útil.

centros expõem outras formas de violências (físicas, simbólicas e psicológicas) contra as então vítimas da guerra, através de repressões e silenciamentos, praticadas por diferentes agentes do Estado que perpassam os seus novos espaços. O texto é construído através de narrativas apresentadas pelas principais vítimas da guerra abrigadas no centro de Nacaca sobre o exercício de memória em relação à violência política vivenciada, contrapondo as práticas de silenciamento impostas pelo Estado. Cabe esclarecer ao leitor que as narrações dos meus interlocutores transcritas em vários momentos deste texto, maior parte delas de mulheres abrigadas em Nacaca, são resultado de entrevistas realizadas na língua e-makua, e traduzidas livremente para o português.

Embora esse segundo deslocamento forçoso imposto pelas FDS, possa ser visto como parte de uma política pública de segurança para populações vulneráveis, o governo encontrou em Nacaca, um “lugar de silenciamento” onde longe dos grandes centros urbanos pudesse controlar a opinião pública sobre o que se relatava do caos criado pelo recrudescimento de um extremismo violento do qual as FDS estariam a perder o controlo da situação. Por outro lado, a compreensão que se tem é que esse isolamento dos deslocados em Nacaca, permite garantir a repressão de um incontável número de pessoas e silenciar relatos sobre as suas experiências em relação ao caos de uma guerra cujos mentores e causas desconhecem. Todas estas práticas dos agentes do Estado mobilizados para Nacaca, constituem uma política de “deslocar para isolar” que se impõe radicalmente na percepção de Amina e demais interlocutores com quem manteve contacto em Nacaca, como uma reivindicação ao silenciamento do seu exercício de memória no querer contar as suas experiências vivenciadas sobre a guerra que conflagra as suas aldeias de origem.

O exercício que me propus a fazer neste artigo é reflectir sobre como em contextos de violência em curso como é o caso da Guerra de Cabo Delgado, o silêncio pode implicar a inexistência de condições políticas, socioculturais até emocionais, propícias à narração de certas memórias de experiências violentas entre as vítimas desses eventos. Em Moçambique, essa prática tem alguma

justificativa na tese segundo a qual, “a Frelimo, enquanto partido-governo, sempre manteve o poder sobre os mecanismos de construção e reconstrução de memória oficial; portanto, é a versão da Frelimo que tem sido a narrativa dominante sobre as guerras (ou da violência política)”, (IGREJA, 2008 e PITCHER, 2006) ⁶. Nisso, nada de novo sobre o que observei em Nacaca entre os funcionários do governo enviados para assistência aos deslocados do Centro.

Os resquícios de uma política de violência em Moçambique

Para melhor entender essa permanente vivência com eventos violentos em Moçambique, é preciso entender primeiro os processos históricos por quais os moçambicanos e seus antepassados passaram e devem lidar quotidianamente⁷.

No decurso do último século, o país tem vivido mais de metade do período em conflitos militares violentos, e com eles uma grande mobilidade de pessoas de um lugar para outro. Desde as guerras competitivas entre clãs divergentes das comunidades de caçadores e proprietários de gado que partilhavam as mesmas terras e idioma, às invasões estrangeiras que culminaram com a violenta colonização portuguesa e o levantamento de uma guerra anticolonial⁸ (1964-174) levada a cabo pelos guerrilheiros

⁶ A ideia de compreender as conexões entre silêncio e fala, esquecimento e memória nos contextos de guerra, é antes de utilizada por Victor Igreja no texto que referencio, inspirada em Paul Ricoeur sobre ‘esquecimento de reserva, uma espécie de esquecimento mantido em reserva (oubli de ré’serve).

⁷ O recurso aos processos históricos como estratégia (metodológica) para compreensão das mudanças trazidas por eventos actuais em Moçambique, foi também defendida por Inácio Dias de Andrade, num estudo sobre a exploração de carvão mineral e os projectos de desenvolvimento em Tete, centro do país. (Cfr. ANDRADE, 2016).

⁸ Preciso esclarecer aqui, que optei chamar o período de 1964 a 1974 de “guerra anticolonial”, noutras uso a designação “guerra de libertação” para além da comumente usada “Luta de Libertação Nacional”, em concordância com

da FRELIMO, a história do país se não descaracterizou da antiga relação entre a mobilidade e a violência.

Proclamada a independência nacional e a formação do primeiro governo liderado pelos combatentes do movimento em 1975, a localização geoestratégica de Moçambique pelas condições de controlar todo o comércio dos países vizinhos do hinterland e a orientação política adoptada pelos novos dirigentes incomodou também as potências ocidentais que tinham interesses na região⁹ (GEFFRAY, 1991 e MANGHEZI, 2007). O asseverar das contradições internas na FRELIMO sobre a orientação política e económica do país encontraram no momento de fundação do MNR (Movimento de Resistência Nacional) mais tarde transformado em Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO), condições para a eclosão de um dos mais violentos conflitos militares da história do país, durou de 16 anos, tendo fim em 1992 com a assinatura do Acordo de Roma. A partir desse acordo, ficou decidida a realização periódica de eleições gerais no país. Desde o primeiro pleito eleitoral, o país tem estado a registar vários outros conflitos cujo argumento de origem, se fundamenta na recusa dos resultados eleitorais pela Renamo, então movimento de guerrilha, sob alegação de casos de fraudes¹⁰ protagonizada pelo Partido no poder, a Frelimo. Desde

o argumento de Michel Cahen, segundo o qual, “o nacionalismo embora multiforme, mas só pode ser relativo ao que já é nacional. O projecto de criar uma nação, não exprime uma realidade nacional massiva” (p. 60).

⁹ Durante a guerra anticolonial, a FRELIMO recebeu apoio significativo dos países da URSS e seus aliados (China, Cuba e Alemanha Democrática particularmente). Em 1977, a Frelimo declarou-se um partido marxista-leninista e embarcou numa estratégia que visava transformar Moçambique numa nação socialista moderna e desenvolvida. No campo, o eixo dessa estratégia residia no rearranjo físico dos hábitos de vida e das actividades produtivas dos povos do campo, (PITCHER, 2006). No cômputo diplomático, o país se tornou anfitrião de combatentes do Congresso Nacional Africano (ANC), movimento que combatia o regime de Apartheid na África do Sul.

¹⁰ Tal situação levou o país para outros conflitos acontecidos entre 2013 e 2014 e de 2015 a 2016 e de 2017 a 2019 (localizados no centro do país, região

então, a proliferação de argumentos diversos sobre versões oficiais desses processos históricos, aliam-se à permanente mobilidade de pessoas de uma região para outra, acompanhado por diversas formas de violências a que grupos recém-chegados a uma determinada comunidade ou lugar são impostos pelas diversas forças sociais que atravessam os seus espaços.

Se mantermos a atenção as narrações de memórias sobre a guerra e as formas de violência contra mulheres em Moçambique, tal como este artigo busca explorar de forma particular, outras hipóteses ao silenciamento podem ser colocadas em análise. Nas comunidades rurais, não são poucos casos de mulheres que depois de desaparecerem das suas aldeias por terem sido raptadas por grupos beligerantes, ao retornarem muitos anos depois, nunca mais foram aceites como filhas ou esposas. Nos casos em que sua reintegração social era ponderada, a obrigação para o silenciamento das suas experiências, era considerada como determinante para assumirem qualquer papel social na comunidade, através de construção de outras narrativas além das suas reais vivências. É a repetição de uma antiga história de objectificação e invisibilização dos corpos femininos.

“Aqui se pune, aqui se disciplina”: mobilidade e interpretações da violência política em Moçambique

Logo na entrada principal do novo centro instalado em Nacaca, está montada uma tenda verde que é a guarita dos soldados mobilizados para o local para a protecção dos muitos deslocados que tem chegado às centenas, fugindo da guerra nos distritos do extremo norte de Cabo Delgado. À frente desta tenda, está espectralada sobre o solo, uma placa de zinco velho com inscrições a tinta branca com a seguinte frase: “aqui se pune, aqui se disciplina”. Tanto Amina, como tanto outros deslocados que

de influência do movimento, e onde está localizada a sua maior e principal base militar), e com eles uma permanente mobilidade de pessoas das regiões conflagradas para aquelas consideradas ainda seguras.

nestas terras encontraram seu novo abrigo, dizem não saber como ela foi parar ali, mas há alguém, que entre olhares atentos aos lados, baixa a voz, e como que a segredar, cogita: “da forma como somos tratados aqui, tenho quase a certeza de que foi colocada pelos soldados que guarnecem o centro, como uma mensagem para nós os vientes¹¹ (categoria local para identificar aquele que veio de fora) deslocados”.

Sem necessariamente obedecer uma ordem cronológica rígida sobre os eventos que aqui descrevo, demonstrarei, como por mais abrupto e indesejado que seja, o deslocamento entre os moçambicanos afecta pessoas que há muito estão acostumadas com as migrações (ENGLUND, 2002; p. 115). Seja por causa da criação de fronteiras coloniais ou das migrações impostas pela violência colonial passada, muitos aldeões foram migrantes antes de se tornarem refugiados do período durante a guerra entre a Frelimo e a Renamo que se seguiu a independência nacional.

Por isso, para explorar rigorosamente as narrativas em torno das formas de violências e a questão da mobilidade de pessoas de um lugar para outro, parto do entendimento dos processos históricos pelos quais centenas de mulheres acolhidas no centro de deslocados de Nacaca e seus antepassados experimentaram, e com os quais devem lidar diariamente. Tomo como ponto de argumento as sugestões de análise que defendem a percepção da história como vivência e construção (CASEY, 1997 [2001]; GOW, 1991; FABIAN, 2001 e 2007; e GANGENBACH, 2005).

Na década de 1968 no auge da guerra anticolonial durante a instalação das aldeias de reassentamentos para populações abrangidas pelas obras de construção da mega Barragem de Cahora Bassa, na Província de Tete, no centro do país, ISAACMAN e ISAACMAN (2019, p. 223), falam sobre a construção de um muro de silêncio em redor de Cahora Bassa, pelo governo colonial

¹¹ O termo *viente* é uma categoria local comumente usada no norte de Moçambique para designar aqueles que “vieram de fora” da aldeia. Para quem se interessar por esse debate, pode consultar a tese “Entre “vientes” e nativos” de Zacarias Chambe, 2021.

português na tentativa de tornar invisíveis as experiências de milhares de camponeses deslocados à força das suas terras, sustentadas pela ecologia do longo rio Zambeze.

Num passado mais recente, depois do Acordo de Lusaka entre o governo colonial português e a FRELIMO, que definiu o fim da empresa colonial e a independência nacional de Moçambique ainda durante o período de transição de poderes, do Estado colonial para o então governo recém-formado, foi iniciada uma “Operação Limpeza” contra milhares de pessoas que haviam chegado nos grandes centros urbanos do país em busca de novas oportunidades que se expectavam com a independência nacional. Em bares, cinemas e Restaurantes, homens e mulheres encontrados sem documentos de identidade, eram detidos sob acusação de serem promotores de corrupção moral, como vagabundos, alcoólatras e viciados em drogas. As mulheres que vestiam mini saias, sapatos de salto alto, unhas pintadas, pó de arroz em suas faces, perucas “afro” (a moda moderna da época) - foram consideradas como “mulheres de vida baixa” (mulheres de má vida) e presas sem contemplação, (MACHAVA, 2018; p. 85). Para além da contrariedade de números, imprecisos, se não fabricados com pouca consideração por estatísticas precisas e avaliações objectivas da realidade social de Maputo de então, esta operação foi produto de um ensaio de reverberações de ansiedades conservadas e chauvinistas das novas elites que nasciam, portadoras dos velhos alarmes sobre a moral da sociedade urbana. Esta operação foi, uma acção violenta que encontrou umbrela no argumento de um Estado como “guia do povo”, segundo era definida a FRELIMO no hino nacional de então.

Nos últimos dez anos, tenho estado a fazer pesquisa de campo em algumas regiões rurais do norte do país que experienciam uma pressão de um crescimento demográfico significativo, motivado pelas novas descobertas de recursos naturais. Com elas, há um surgimento de tensões entre as grandes empresas, os vientes e as comunidades nativas. A exemplo desse cenário, é a localidade de Namanhumbir no Distrito de Montepuez na província de Cabo Delgado, onde a descoberta de jazidas de pedras preciosas e

a chegada de uma grande empresa de exploração mineira de rubis (Montepuez Ruby Mining Lda.) em 2009, atraiu a chegada de milhares de *vientes* para “ganhar a vida” tanto no garimpo como em outras áreas correlatas, (CHAMBE, 2021).

A disputa de áreas de exploração entre a Empresa concessionada a vários hectares de terras pelo Governo e os garimpeiros que extraíam os rubis informalmente, a expropriação de terras de camponeses locais e o seu deslocamento forçado das áreas onde tinham suas machambas e lugares sagrados, para instalação do acampamento da empresa recém-chegada, asseverou uma data de conflitos violentos na comunidade. Em 2017, mais uma vez, o governo através das Forças de Defesa e Segurança do Estado, levaram a cabo uma nova “Operação Limpeza” cuja nomenclatura reactivou na sociedade moçambicana os traumas da violência da operação iniciada em 1974. A operação limpeza de 2017, que durou pouco mais de três meses, implicou no deslocamento forçado de 3672 pessoas que trabalhavam no garimpo ou que “ganhavam a vida” em actividades relacionadas à mineração de rubis em Montepuez (CHAMBE, 2021; p. 245).

Tanto a prática colonial de construção de um “muro de silêncio” como acção planificadora colonial para controlar a movimentação de insurgência entre os reassentados do vale do Zambeze durante a construção da Barragem de Cahora Bassa (ISAACMAN e ISAACMAN, 2019), as acções repressivas da “Operação Limpeza” de 1974 na então cidade de Lourenço Marques contra as novas gentes que chegavam nos centros urbanos expectantes pelas transformações do país pós independência nacional (MACHAVA, 2018) bem como a “Operação Limpeza” de 2017 em Namanhum-bir, constituem o que CAHEN, (2005) chamou de um “paradigma nacional, indissociável do paradigma da modernização autoritária (p. 51), que objectivava a construção de um cidadão ideal, inspirada, para o segundo caso do pós independência, no processo da luta de armada de libertação nacional dirigida pela FRELIMO.

Este argumento é também partilhado por Pitcher (2006; p. 105-6), que defende que o silenciamento institucional (aquele imposto) constitui sim, uma característica central da transformação

de Moçambique numa economia de mercado. Os funcionários do governo manipulam (ram) conscientemente a história para obscurecer o ponto muito óbvio de que o mesmo partido que implementou o socialismo é o mesmo que agora está alardeando o neoliberalismo.

A minha tese aqui é que o modelo de implementação de políticas civilizatórias emanadas na operação limpeza de 1974, não se podem dissociar tanto da “Operação Limpeza” de 2017 nas minas de rubis em Montepuez, tanto como do “muro do silêncio” da década de 1968 (pois não é uma prática exclusiva do governo da Frelimo), nem mesmo das novas acções violentas do modelo de isolar e silenciar os deslocados da guerra abrigados no Centro de Nacaca pelos actores do Estado como demonstrarei mais adiante. Para estes, enquanto principais vítimas destas distintas formas de violências, estas práticas do Estado, constituem uma extensão da violência vivenciada nas suas aldeias, perpetradas pelos mashababos de quem fugiram.

Às acções da mão do Estado, que chamo-as aqui de práticas que “visam não tanto “socializar” mas enquadrar a população, podem ser entendidas como estratégias de “modernizar de forma autoritária” nos termos referidos por CAHEN (2005; p. 51). E acrescento aqui: para conter qualquer mediatização do caos que estas populações vivem, imprimindo para opinião pública, uma imagem de um Estado presente e que têm o controlo da situação, um **status** que muito interessa às organizações internacionais com seus programas de “ajuste estrutural” que desde o final da década de 1980 começaram a estar cada vez mais presente em vários países do continente africano¹².

¹² Com a queda do muro de Berlim em Novembro de 1989, os países da Europa Ocidental e da América do Norte que haviam vencido a Guerra Fria, começaram a exigir gestos de democratização dos países africanos, cujos orçamentos dependiam deles. Em Moçambique que ainda se vivia uma guerra civil, começam se criar pontes de diálogo para a pacificação. A morte do Presidente Samora Machel (considerado como defensor da via socialista para o país) na queda do seu avião presidencial em 1986 foi significativo para

Porém, “o silenciamento oficial é considerado um desrespeito à memória das vítimas e um impedimento para o estabelecimento de uma cultura de responsabilidade e respeito aos direitos humanos”, (IGREJA, 2008; p. 539).

Sevícias, censura e repressão, fazem parte de um “modelo histórico” pelo qual o governo de Moçambique (liderado pelo mesmo partido desde a independência em 1975) usa da máquina estatal para controlo de todas as formas de denúncia da sua omissão de responsabilidade perante a sociedade.

Preciso sublinhar que no momento que reviso as observações dos avaliadores anónimos deste texto, alguns dias depois da morte no dia 09 de Março, do Azagaia, um jovem *rapper* moçambicano, tido por uma significativa parcela de jovens como uma figura central da crítica anti-regime, a Polícia reprimiu agressivamente milhares de jovens que saíram às ruas de diferentes capitais do país, com destaque para a Cidade de Maputo, para homenagear o “seu herói”. O mais estranho desse evento, é que tal manifestação de homenagem havia sido anteriormente comunicada às autoridades municipais de Maputo, que prontamente autorizaram tal realização. No entanto, no “dia D” quando centenas de jovens se fizeram à rua para marchar, forças Especiais da Polícia da República de Moçambique, numa inclassificável e brutal acção de repressão, lançaram gás lacrimogéneo contra os manifestantes, espancaram e prenderam abusivamente a muitos outros. Dentre as centenas de vítima dessa violência policial está o jovem Inocêncio Manhique, que fora preso e espancado brutalmente com cassetetes e chutes em várias partes do corpo até perder o olho esquerdo. Passados vários dias, nem o Governo Central, nem mesmo as Autoridades Municipais (aquelas que autorizaram a marcha), se manifestaram

o avanço do diálogo e início de implementação políticas neoliberais. A seguir a esses acontecimentos, o país começou a ser frequentado por vários técnicos das Instituições internacionais (Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial) que estudavam as condições de implementação dos projectos no país, mediante condicionalismos de vária ordem.

para explicar as razões (incompreensíveis) dessa violenta agressão, contra uma manifestação legalmente autorizada¹³.

Um aspecto interessante a mencionar sobre as marchas de homenagem a Azagaia, é a sua aliança ao uso de discursos gravados do Presidente Samora Machel, primeiro presidente de Moçambique independente, sobre “expulsão de corruptos de máquina estatal, purificação das fileiras do governo, fazer do povo e detentor do Poder”, Azagaia dizia “Povo no Poder”, o que revela uma contínua insatisfação popular com o actual modelo de governação do país, e um persistente apego a outro tempo (passado).

No seu trabalho sobre a Política de Paz e o Silêncio no Pós Guerra civil em Moçambique, Victor IGREJA, (2008; p.545) observou que a cultura de silenciamento institucional em Moçambique centra-se nas práticas mnemónicas relacionadas com a efémera revolução socialista. Um argumento também partilhado por PITCHER, (2006) que considera que para a Frelimo, lembrar e esquecer é um projecto proposital que visa “construir uma nova ideologia, criar novas instituições e organizar novas redes para enfrentar o presente (p. 89). Se considerarmos a memória como um “processo multifacetado” segundo argumenta PITCHER, (2006), surgem-me alguns aspectos que pretendo interrogar sobre o caso de Moçambique de forma geral, dos quais a situação actual da guerra de Cabo Delgado não deve ser ilibado: entre aqueles que viveram os vários momentos da violência política do país, existirá um processo de esquecimento per si, sobre eles? Se existe um processo de esquecimento, ele é colectivo ou individual? E por último: devemos falar de um processo de esquecimento ou política de silenciamento?

¹³ O Comando Geral da Polícia da República de Moçambique (PRM), convocou no dia 21 de Março uma Conferência de Imprensa para explicar as razões da violenta acção policial contra civis, nos seguintes termos: “Estas manifestações violentas são promovidas por grupos de jovens alguns dos quais ligados às formações político-partidárias, organizações não-governamentais e outras agências que, alegadamente reivindicam a má governação, custo de vida, ignorando todos os factores exógenos da Economia Mundial”.

Pode-se antever a resposta a estas perguntas, num argumento de IGREJA, (2008) quando afirma que:

“Os processos de silenciamento do passado de grupos específicos podem desencadear lutas para expor verdades sobre o passado. Portanto, ao estudar o silêncio e suas apropriações, é necessário “descobrir seus limites, seu contexto e sua referência”. O silêncio (voluntário ou forçado) ocorre em relação a eventos passados específicos e envolve grupos selectivos de pessoas. Embora o silêncio implique vários tipos de ausências, ‘nem todos os silêncios são iguais’; portanto, na arena da política há a necessidade de determinar os tipos de histórias que são incluídas e suprimidas dos discursos políticos, os propósitos dessas seleções e como tais exclusões evoluem ao longo do tempo, (p. 541).

Se deixarmos Moçambique do lado, não será difícil encontrar outros casos com as mesmas experiências. Um bom exemplo dessa situação é o Rwanda do antes do genocídio sob regime de Habyarimana, quando detalhes de casos de corrupção vazaram e vieram a público, os oposicionistas hútus de diversas tendências começaram a fazer-se ouvir e procuraram a chamar atenção dos governos ocidentais, cujas verbas de ajuda representavam 60% do Orçamento do Estado. Jornalistas independentes que noticiassem esses desmandos eram enfiados na prisão; o mesmo destino tinham os desocupados, cujas cabeças eram raspadas para dar início a um programa de “reeducação”, (Philippe GOUREVITCH, 2006; p. 78-81). Portanto, o “silenciamento” daqueles que (podem) descredibilizam a “boa imagem” do Estado, das suas práticas ou dos seus agentes, está relacionado à necessidade do próprio Estado de “ser bem visto” entre os parceiros, mesmo que para tal, seja necessário agir ao arrepio dos direitos fundamentais das suas populações.

Outro aspecto importante a referenciar nessa relação de práticas em tempos distantes (também em lugares), mas similares no modelo de acção, é o recurso a categorias pejorativas como “vagabundo, bandido ou improdutivo” que estiveram (ou estão),

no uso frequente pelos membros das forças policiais ou do exército para categorizar opositores das práticas repressivas do Estado, ou aqueles que haviam chegado de fora trazendo contrariedades à imagem pré-concebida do que devia ser um cidadão ideal, precisamente nas operações limpeza de 1974 e de 2017.

Aliando aqui, a questão do “muro do silêncio” do período colonial já referido, sugiro que qualquer tentativa de compreensão de todos esses processos deve ser visto através da análise de uma “estrutura inflexível” que é o Estado (TROUILLOT, 2001) e o papel que os seus agentes desempenham na determinação de ações que tem impacto nas “vidas individuais, condições e modos de organização social ou representações do mundo” (DUBOIS, 2017), através do que, THELEN, VETTERS e BENDA-BECKMANN (2018; p. 06), chamaram também de “práticas estatais”, ou se quisermos, também de “actos de Estado” (BOURDIEU, 2012). Isto é, actos políticos com pretensões a ter efeitos no mundo social e que devem sua eficácia à sua legitimidade e à crença na existência do princípio que os fundamenta (BOURDIEU, 2012; p. 46).

Em relação às situações em volta a guerra em curso em Cabo Delgado especificamente, tanto para o governo, como para altos quadros do exército e da polícia do país, as saídas pessoas de áreas consideradas inseguras que impactam chegadas massivas nos centros urbanos da região sul da província (considerada ainda segura), menos do que produto da violência armada, são resultado da desinformação criada contra a ordem, norma e a moral. A esse respeito, para fundamentar o reiterado argumento da sua tese sobre a guerra e a desinformação, o governo de Moçambique, através de um processo polémico considerado pela opinião pública nacional como uma prática usurpadora de poderes do órgão legislativo, desenhou e submeteu em Maio de 2022 à assembleia da República uma proposta de Lei que estabelece o Regime Jurídico de Prevenção, Repressão e Combate ao Terrorismo e Proliferação de Armas de Destruição em Massa (Lei 13/2022). A celeridade na aprovação do referido instrumento legal, sem um debate aprofundado da temática, promovido por um parlamento formado por uma bancada maioritariamente constituída pelos

membros da FRELIMO, partido do governo, tal situação pode ser interpretada como tentativa de asseverar as formas de repressão contra civis, sob alegação de combate a veiculação de informações “não confirmadas” sobre o terrorismo em Cabo Delgado¹⁴.

Voltemos agora para Nacaca, Amina, os demais deslocados e seus detractores: “Punir e disciplinar”, parecem simples palavras, e como se diz entre os novos habitantes de Nacaca, “ninguém sabe como a placa de advertência, foi ali parar”, mas expressa exactamente a sua relação com os agentes do Estado que ali servem. A questão que se deve colocar é: punir para quê, disciplinar a quem? Coloco esta pergunta, porque durante os últimos 4 anos que tenho estado permanentemente em pesquisa de campo entre os deslocados abrigados em Nacaca, ao caminhar entre as tendas dispersas no novo centro, a sua auto identificação é de vítimas de uma guerra cujas causas e autores desconhecem, por um lado, e igualmente vítimas do Estado e seus actores através das suas práticas repressivas, do outro lado.

¹⁴ O uso frequente das categorias “desinformação e terrorismo” já era recorrente nos discursos governamentais e dos membros das Forças de Defesa e Segurança. Em 25 de Novembro de 2020, Filipe Nyusi, Presidente da República de Moçambique, em visita a uma base militar onde estão aquarteladas várias Unidades das forças de defesa e segurança em Cabo Delgado, disse que “Entre a ameaça à nossa unicidade e moçambicanidade constatamos a tendência crescente da desinformação e a tentativa de manipulação da opinião pública” (Cfr. <https://3c5.com/4xvx2>, acessado a 07 de Setembro de 2022). A percepção sobre a desinformação como a causa da guerra de Cabo Delgado e consequente mobilidade massiva de pessoas já era antes da submissão da lei 13/2022 à Assembleia da República, também partilhado por vários membros séniores do Exército e da Polícia. Em 2020, depois do assalto e tomada pelos terroristas às vilas de Mocimboa da Praia e Palma pelos mashababos, o Ministro do Interior, exortou aos membros da Polícia da República a “procurar núcleos de desinformação sobre a guerra de Cabo Delgado” (Cfr. <https://3c5.com/d5nlx>. Acessado a 09 de Setembro de 2022). O que se entende aqui é que menos do que debater as origens, formas de mobilidade, focos de financiamento e possíveis apoios locais dos grupos terroristas, a maior preocupação do governo se centra no que convencionou chamar de “desinformação” que impera a uma agitação populacional.

Em finais do mês de Abril de 2020, algumas semanas depois da tomada e massacre¹⁵ havido na vila de Palma pelos mashababos, centenas de famílias refugiaram-se no Distrito de Montepuez, e mais uma vez, o governo local, os dirigiu ao centro de Nacaca. Não havia mais tendas para abrigar a quantidade de pessoas que continuava a chegar diariamente. Camionetas, machimbombos, bicicletas e motorizadas traziam um número de pessoas, que se havia perdido a conta. Galinhas e patos, cabritos e ovelhas, cachorros e colchões, bacias e baldes de metal e de plástico, cada um, levava à cabeça ou nas costas, o que pôde carregar. As mulheres que tinham bebês pequenos foram solidariamente recebidas nas tendas onde havia outras mulheres nas mesmas situações. Aqueles cujos olhos tiveram a sorte de encarar velhos conhecidos eram também acolhidos nas suas tendas. Criava-se assim, uma rede de solidariedade em meio ao caos. Tantos outros novos vientes permaneceram dias de sol, lua, cacimba da madrugada e sobre ventos de fim de tarde com as cabeças encostadas sobre as suas trouxas. Nas noites, restava o brilho das labaredas de lareiras dispersas diante das várias tendas onde as mulheres coziavam *xima* e feijão distribuído pelos “homens de coletes coloridos”¹⁶. Para apressar as horas que

¹⁵ Preciso esclarecer que não é comum se chamar a invasão e tomada da vila de Palma pelos mashababos como massacre, a categorização é da minha responsabilidade. Segundo relatos dos meus interlocutores que conseguiram ou pela via marítima ou pelas florestas a dentro, escapar da fúria dos mashababos, este deve ser o ataque mais sangrento e com o maior número de mortes, desaparecidos e deslocados de um único lugar, desde que começou a guerra de Cabo Delgado.

¹⁶ Quando se instalou o centro de Nacaca, o PMA (Programa Mundial de Alimentação), mobilizou os seus técnicos para iniciar a distribuição de cereais para os deslocados. Tais doações, nunca eram suficientes, pois quando se levantava o número de pessoas abrigadas num determinado dia, quando vinha o contentor de doações, encontrava um número 9 vezes do que se havia registado. Foram chegando várias outras organizações, e deparavam-se sempre com o mesmo dilema. Os deslocados, começaram a ter dificuldades de identificar o nome das agências, e o termo “homens de coletes coloridos”, foi a solução encontrada para os identificar, pelo facto de todos eles, portarem por

pareciam estáticas, as gentes de Mocimboa ouviam em silêncio, as histórias contadas entre sussurros, pelos recém-chegados de Palma. “Houve um massacre sim”, dizia em kimwani, um senhor alto com a barba do queixo longa que lhe chegava ao peito.

Na madrugada de 24 de Março de 2020, os mashababos cercaram a vila através das principais vias terrestres, dificultando a entrada de reforço militar do exército e sabotaram as torres das telefonias móveis impossibilitando a comunicação. Palma, o Distrito onde está instalado a maior projecto de liquefação de gás natural, tinha um grande número de vientes que trabalhavam para as empresas que operavam na península de Afunji. Os mashababos invadiram o Hotel Amarula, que hospedava um grande número de expatriados, e fizeram uma carnificina. Amarravam as suas vítimas com as mãos para trás, cortavam os tendões dos seus pescoços, mas não totalmente. Deixavam-nos a ganir até à morte. Nos dias que se seguiram, quando finalmente o exército conseguiu entrar na vila e intensificar o combate para retirada dos invasores, havia centenas de cabeças humanas separadas dos seus corpos, espalhadas pelo chão. Havia cachorros abandonados, aves de rapina e moscas que se alimentavam deliberadamente de carne humana.

Durante os meus anos de trabalho de campo em Cabo Delgado, sempre me interessei em pesquisar as formas diversas de violências a que várias pessoas são expostas por diversas agências. Ouvi e relatei a morte de garimpeiros soterrados nas minas de rubis de Namanhumbir nos deslizamentos de terras em épocas chuvosas. Participei e descrevi os funerais de aldeões que encontraram a morte no confronto com a força policial das empresas mineiras. Mas em todos esses casos, os familiares dos malogrados, haviam tido a triste oportunidade de escolher um lugar para enterrar os seus mortos. Em Palma, os soldados que haviam chegado depois de vários dias de combate e tentativas de recuperação da vila, juntavam as cabeças espalhadas pelo chão aos corpos aleatórios e sem nenhuma perícia, colocavam-nos todos em valas comuns. Regressado à casa, a apenas 25 quilómetros do

cima das camisas, coletes de cores fluorescentes.

centro de deslocados de Nacaca, enquanto relia o meu caderno de campo e escrevia as minhas notas, exercitava o impacto emocional que tais histórias criavam-me e em simultâneo, acompanhava as notícias que chegavam diariamente sobre mais uma aldeia incendiada, outros corpos espalhados, mais gente que havia deixado o conforto da sua casa e os cereais dos seus celeiros.

Enquanto os desterrados ouviam as histórias dos recém-chegados, na entrada principal do centro, apenas alguns pontilhões acesos e cheiro da fumaça de cigarro que se expelia pelo ar, denunciava a presença de 4 homens. Eram os soldados de kalashnikovs nas costas que tinham a tarefa de guarnecer o local. Às sextas-feiras ouvia-se há alguns metros daí, o som de música que vinha das barracas que vendiam **kabhanga** (cerveja artesanal fermentada com farelo de milho) no bairro vizinho. Entre a nostalgia dos seus lugares habituais à passividade de permanecer naquele espaço, aquele que manifestasse a vontade de chegar ao bairro da música, tinha à sua frente a cara cerrada dos soldados com as suas kalashnikovs na mão e uma ordem verbal: “daqui ninguém sai”. Ou os seus olhos se deparavam com a placa com a clássica inscrição: “aqui se pune, aqui se disciplina”.

“Deslocado também pode ser terrorista”: deslocamentos forçados e os ciclos de violência em Cabo Delgado

Depois de pouco mais de um ano de trabalho de campo cujo foco se assentava no diálogo com os deslocados da guerra que continuavam a chegar às centenas em Nacaca, entre Maio e Julho de 2021, decidi estender minha interlocução aos militares e agentes da Polícia que trabalhavam guarnecendo o centro. Devo dizer aqui, que foi muito difícil manter uma afeição com qualquer um deles, não necessariamente pela indisfarçável rigidez da comunicação, mas porque não havia um grupo específico que fora alocado para se manter fixamente em Nacaca. Cada grupo de militares, constituído maioritariamente por 4 soldados praças e 1 capitão, trabalhava o máximo de 5 dias, e era rendido por outro grupo com as mesmas características e quase não era possível voltar a cruzar-se com

os mesmos. Vezes e outra (duas na verdade) houve em que dois soldados retornaram à Nacaca, mas com outros dois colegas novos e igualmente um novo comandante. Conversas interrompidas por uma missão qualquer, ficaram ao meio e inconclusivas. Explicações sobre um determinado aspecto que eram adiadas para um dia, tornaram-se numa promessa incumprida. É o comandante “Hiena Negra”¹⁷, capitão do exército que em uma das poucas noites que se manifestou disponível para conversar, justifica as razões dessas rotatividades entre os militares.

“Nós no exército temos uma coisa que chamamos inteligência militar. A situação desta guerra é muito complexa. Eu já lutei em 3 guerras, e em todas elas, sempre sabíamos quem era o nosso inimigo. Entende? Na primeira guerra, era o colono. Vencemos! Depois vieram os bandidos armados da Renamo que queriam desestabilizar a independência. Fomos ao acordo de Roma, assinou-se tudo, mas voltaram a fazer confusão. Mas pelo menos sabíamos quem era o nosso inimigo [repete]. Mas esta guerra é complexa, porque o inimigo não tem rosto [faz uma pausa, acende o cigarro, expele o fumo pelo ar, e continua...]. E com um inimigo sem rosto, por mais frágil que ele seja, nós estamos sempre em desvantagem, porque não sabemos quem ele é,

¹⁷ Não deixei de manifestar a minha curiosidade em relação à origem do apelido do comandante “Hiena Negra”. Seus soldados contam que durante a guerra dos dezasseis anos, depois de uma batalha que registou muitas baixas no seu grupo, o homem desapareceu do quartel e foi consultar um famoso feiticeiro da região. Ao seu regresso, trouxe das margens do rio Messalo um balde de água misturada com lama escura para o quartel. Ordenou que todos os soldados do seu batalhão se lavassem os rostos e untassem as suas armas com a mesma. Então, numa noite quando os bandidos armados invadiram o seu quartel, os soldados transformaram-se aos olhos do inimigo, em hienas de pele escura, com olhos brilhantes que encandeciam o inimigo e o dificultavam a lutar. E assim, surgiu o nome. É comum em Moçambique, que os soldados, comandantes de batalhões miliares, usem nomes de animais ferozes, como seus apelidos de guerra.

mas ele nos conhece. Entende? Entende? [Assustome com a repetição da pergunta, e sem dizer uma única palavra, aceno afirmativamente com a cabeça]. Por isso, precisamos estar atentos. Precisamos colocar homens que não vem apenas aqui proteger a nossa população, mas também estudar o comportamento de todos aqui, porque deslocado também, pode ser terrorista. Não há quem se possa confiar. Deslocado também pode ser terrorista. Por isso, precisamos muito usar a inteligência”.

Numa situação como esta, por mais que para o exército considere como estratégia de inteligência o controlo do movimento das novas gentes que chegam a Nacaca sob desconfiança de existência de terroristas infiltrados entre os vientes, faz emergir entre estes últimos, outros problemas. Amina me contara que certa vez, houve uma movimentação incomum em uma tenda que abrigava uma família que havia chegado da aldeia de Mute em Mocimboa da Praia, porque a mãe de uma adolescente desconfiara que um soldado havia assediado a filha em troca de facilidades na entrega de doações de cereais, quando o camião dos homens de coletes coloridos chegasse.

“Foi muito estranho o que vimos naquele dia. Levantou-se muita confusão naquela tenda [aponta para a referida tenda]. Então a senhora, a mãe da menina, levantou-se e foi tirar satisfação com o comandante deles. Mas só piorou a situação. Então o comandante perguntou, porquê a senhora não controla a sua filha. Perguntou também porquê ela não ia a fila pessoalmente receber doações, e tinha de mandar a filha. Nós ouvimos tudo e ficamos sem entender nada. E esse tipo de coisas faz esses soldados não terem de nada, porque ninguém lhes chama atenção. Essa família depois abandonou este lugar. Todos que conseguem outra oportunidade de ganhar a vida saem daqui e vão comprar um terreno e fazem a sua vida longe. Mesmo minha família, só não sai, porque não temos condições. Ninguém gosta de depender de doações aqui. Nós sabemos cultivar

e fazer outras coisas. Porque aqui, somos tratados de forma diferente. Para eles, deslocado também pode ser terrorista. Mas viemos aqui por causa do sofrimento”.

Numa situação como a que descrevo acima, para uma família em deliberada vulnerabilidade como a referida por Amina, ter protecção do Estado, fazia toda a diferença. Porém, depois de obrigados a abandonarem a sua casa na sua aldeia de origem, Nacaca era o símbolo de esperança e segurança, mas a realidade se mostrou muito oposta, por isso, a única solução foi deixar o centro e procurar ganhar a vida num outro lugar. Por outro lado, a frase “deslocado também pode ser terrorista” que a ouvi pela primeira vez e mais frequentemente na voz dos soldados, ao ser usada por Amina nesta interlocução, explicita-nos também, como tal asserção de permanente desconfiança é apresentada frontalmente aos deslocados, sem se ter em consideração aos seus traumas pessoais pelas experiências vivenciadas como vítimas dos actos que lhes são acusados autoria.

O argumento aqui é que os deslocamentos (sempre por imposição de um terceiro) manifestam uma forma de silenciamento que estas pessoas, ora preferem tomar como forma de garantir a sua própria protecção quando não a tem pelo Estado, ou também por imposição do agente do Estado, que neste caso relatado pela Amina, é autor da sua condição de vítima. Calar-se e colocar os pés sobre a mata à procura de um outro lugar, é também uma viagem de vários segredos, palavras não ditas e traumas infindáveis.

Uma pergunta inevitável aqui seria: e entre aqueles que não têm condições de se mover e não podem contar as suas narrativas? Ao caminhar pelos corredores que nascem entre as tendas de Nacaca, o semblante da face, a voz embargada, o olhar cabisbaixo denunciam vários segredos. Aliás, CHO (2008) refere que “os segredos têm um jeito de se revelar mesmo quando o sujeito que carrega os segredos nunca fala deles” (p. 17).

Outro aspecto interessante a analisar aqui, é a deliberada unilateralidade no uso da frase “aqui se puni, aqui se disciplina” que vimos acima, exclusivamente aos deslocados, e nunca aos

militares, embora sejam mais visíveis (ou pelo menos relatados) os casos de má conduta entre eles, e não nos primeiros.

O trabalho de Manuela Cruzeiro (2004), ao analisar outras formas de censura da guerra colonial de Portugal contra os movimentos de libertação dos territórios então colonizados em África, defende “fomos iludindo o silêncio com discursos transversais, enredados de subtilezas, meias palavras, metáforas, ambiguidades, analogias, e até com jogos de ironia e de sarcasmo, cujo efeito foi a desconstrução do sentido, o estilhaçar em mil pequenos sentidos do sentido global e autêntico dessa guerra” (p. 32).

Esta cena nos faz retornar ao debate sobre o papel dos “actores do Estado”, para analisar as suas práticas concretas através das quais uma política é aplicada na vida quotidiana. Mesmo se tais práticas, constituam parte de uma estratégia de uma política pública de segurança, a sua forma de execução é em certa medida, uma ruptura com a visão tradicional das políticas públicas.

Este tipo de medidas consistem, como observou DUBOIS (2009), “em postular que os funcionários subordinados das administrações podem desempenhar um papel fundamental na definição de uma política. Eles, não apenas implementam decisões tomadas ao mais alto nível, mas também tomam decisões, em casos individuais” (p. 222). Portanto, mesmo que suas responsabilidades não sejam de tomada de grandes decisões na definição de tais políticas, no campo, quando lhes convém usam a sua posição para orientação de suas práticas e na definição das suas atitudes.

IGREJA, (2008; p. 541), observou que as lutas para interromper o silêncio, não ocorrem apenas entre elites políticas dominantes e grupos vitimizados (como é o caso dos deslocados de Nacaca), mas também incluem uma multiplicidade de actores da sociedade civil, incluindo especialistas em medicina tradicional, intelectuais escritores.

O argumento acima exposto pode justificar o facto de a ostensiva violência perpetrada por agentes do Estado (Polícia e membros das forças do Exército) em Nacaca, ser extensivo contra pesquisadores, jornalistas e activistas que fazem pesquisa, reportam e trabalham na monitoria do processo de integração de mulheres

deslocadas de guerra nos centros, quando tendem a reportar graves situações de violações de direitos humanos perpetrados pelos referidos agentes¹⁸. Seria pelo papel activista desses actores numa possível “exposição verdades sobre o passado”, como defendeu IGREJA, (2008; p. 541)?

“Aqui, calar salva”: narrativas sobre a violência política e silenciamentos

Todas as manhãs, Amina juntava-se as outras mulheres da mesma faixa etária antes mesmo de o sol clarear, para ir acarretar água numa caixa que havia sido colocada próximo à guarita dos soldados. Os homens mais velhos, para escaparem o insuportável calor que aumentava com o nascer do dia, abandonavam as tendas de **nylon** e iam se reunir à sombra de uma árvore nativa que se mantinha firme no centro do pátio.

Ainda com a ressaca das noites passadas em claro, entre púcaros de kabhanga trocavam conversas cavaqueiras que ajudavam fazer passar o tempo cujos minutos se pareciam uma eternidade pela situação letárgica a que estavam submetidos. Misturavam às suas conversas, os assobios e olhares lascivos sobre as meninas enroladas em capulanas com baldes de água à cabeça.

Mamã Fátima e outras mulheres mais adultas sentavam-se defronte às suas tendas e olhavam a azáfama da vida matinal que retomava um ciclo que já era habitual. Muitas vezes eu me sentava junto delas e ouvia pelas suas vozes as experiências que

¹⁸ O MISA Moçambique no relatório sobre a liberdade de Imprensa e Expressão de 2020, fala sobre o sequestro de um jornalista pelas Forças de Defesa e Segurança do Estado ocorrido em 2020. No mesmo relatório, pode-se ler que “foram de facto, as Forças Armadas de Defesa de Moçambique que levaram o Jornalista de Palma para Mueda, onde as Forças Armadas têm a sala de interrogatórios”. (Cfr. <https://www.misa.org.mz/index.php/destaques/noticias/77-relatorio-sobre-o-desaparecimento-do-jornalista-ibraimo-abumbaruco-em-palma-cabo-delgado>). Até ao momento o referido jornalista continua desaparecido, somando-se a outros nomes de lideranças locais, ativistas entre outros seviciados pelo Estado.

vivenciavam em Nacaca. Falavam das viagens longas das suas aldeias até se abrigar em Nacaca. Mamã Fátima me contava das visões que lhe apareciam todas as noites das caras de conhecidos que os deixou para trás crivados de balas quando os mashababos chegaram à sua aldeia. Falava da vida em Nacaca, das longas filas para receber feijões e farinha de milho, e lembrava-se dos seus celeiros cheios de mandioca seca que deixou para trás. Soluçava, recompunha a sua capulana e se calava longamente com o seu olhar distante. Quando as cenas de assobios dos homens para as meninas que retornavam com baldes de água à cabeça, quebra o silêncio e volta a falar:

“A gente assiste isso todos os dias, mas vai fazer o quê? Aos nossos homens, a gente até ganha coragem e fala que não pode ficar a chamar meninas pequenas, porque é falta de respeito. É desrespeito às esposas, mas também a essas meninas que podiam ser suas filhas. Mas tem outros homens que vem de outras aldeias, e a gente não conhece. Aí fica difícil, porque não pode criar confusão aqui, se não tudo volta para nós. Porque não são apenas esses homens que estão sentados aí nas árvores. Os soldados que estão lá na guarita também têm suas brincadeiras. Mas esses são mais difíceis de falar com eles, porque eles é que mandam aqui. Uma vez, eu mais aquelas duas senhoras daquela tenda aí [aponta com a mão] fomos falar com o comandante deles sobre esse comportamento dos soldados. Porque andaram a apalpar as saias de três meninas que tinham ido no bairro passear. Todas nós vimos aquilo. Foi uma coisa de muita vergonha. Não gostamos. Quando fomos dizer esse ao chefe deles, parece que que nós tínhamos cometido um grande pecado. Eles nos perguntou porquê nós deixamos as meninas saírem do centro. Quase íamos ser expulsas. Então, só calamos porque não temos outro lugar para ir. Aqui, calar salva”.

As formas de silenciamento narradas aqui pela Mamã Fátima despertam um velho problema, que não é incomum entre conflitos armados: o lugar da mulher. Na tenda de um improvisado posto médico, onde trabalha Assa, a técnica de enfermagem com quem conversei por repetidas ocasiões no Centro, me explicara dos frequentes relatos sobre meninas vítimas dos mais diversos abusos perpetrados por homens que também frequentavam aqueles lugares. Dizia-me com um tom piedoso:

– “Numa única guerra, as mulheres enfrentam sempre muitas outras guerras, e muitas vezes não têm com quem partilhar essas histórias¹⁹”.

O que pretendo explicitar aqui, é que quando a guerra atinge a população civil, a proporção da população feminina também aumenta. A realidade é que, nas chamadas “novas guerras” contemporâneas, a população civil representa 70% das vítimas relacionadas com a guerra (SKJELSBÆK & SMITH, 2001; ALI, 2007 [2017]), entretanto as mulheres e crianças constituem sempre a maior percentagem entre as vítimas, (RHEN & SIRLEAF, 2002; GEFFRAY, 1991; EAGER, 2008; MOURA et. al., 2009; DE PAUW, 2014; FEIJÓ, 2021).

Esta realidade não deve ser vista como um caso isolado do centro de Nacaca. Há uma extensa bibliografia produzida sobre esta temática que se refere a esta prática em quadrantes do mundo. Num estudo que apresenta uma profunda análise sobre tipos de conflitos, CONTEH-MORGAN (2004) a partir do caso do genocídio de Rwanda ao movimento dos direitos civis nos Estados Unidos, aborda o lugar da mulher em situação de terrorismo, manutenção da paz e segurança ambiental.

¹⁹ Assa falava-me de suspensão de um técnico de enfermagem por assédio sexual a uma jovem, por troca de algodão para usar como penso íntimo, num Centro de Acolhimento de Deslocados em Metuge. Num outro Centro, instalado no Pavilhão do Xº Congresso da Frelimo na cidade de Pemba, dois militares tinham sido denunciados por mulheres, por abusos sexuais contra jovens deslocadas. Eram ainda incontáveis casos de homens vítimas das mesmas causas de deslocamento, que abandonavam suas famílias nas respectivas tendas para importunar outras mulheres mais jovens.

Devo chamar atenção que não se trata aqui de colocar as vítimas de uma mesma guerra numa balança para saber quem mais sofreu. Mas outra mulher que se mantinha em silêncio durante a minha interlocução com mamã Fátima, com a sua voz baixa como que a sussurrar para não ser ouvida em algum lugar mais distante, contara-me que, geralmente as mulheres das suas aldeias são sempre mais hospedeiras, tradicionalmente treinadas a sorrir, mesmo quando seus corações se dilaceram de dor por dentro. Seus rumos da vida, a guerra que as desloca das suas casas e as guerras que têm de enfrentar para se proteger no Centro de Nacaca têm construído várias redes de sororidade, e as fazendo ganhar coragem para contarem suas histórias.

Como observou CRUZEIRO (2004, p. 32), em outra ocasião, “na verdade, este falar de si, disperso, fragmentário, gratuito e distraído é quase sempre a outra face de um silêncio que se quer preservar. A nossa sociedade está cheia de ruídos tagarelas e de pesados silêncios. Uns e outros escondem pequenas ou grandes tragédias inominadas, mas nem por isso menos tragédias, ou talvez até a mais refinada e incomunicável das tragédias”.

Em “Life and Words” Venna DAS (2007) dialoga com questões sobre violência, sofrimento social e subjetividade e instiga a uma reflexão profunda sobre os significados de produção de testemunhos sobre esses acontecimentos. Ao abordar o sofrimento social, se questiona como os corpos das mulheres se tornaram testemunhas passivas da desordem da Partição (da Índia no caso em referência), e como elas choraram a perda de si mesmas e do mundo (p. 54).

As várias mulheres abrigadas no centro de Nacaca, como que tendo tomado consciência sobre essa sua forçosa ocultação e seus silenciamentos em vários lugares e momentos da história, entre longas filas à espera de receber um quilo de farinha e feijões que lhes chegava invariavelmente, algumas com bebês em fase de amamentação às costas, criam pequenos grupos de acordo com a sua proximidade na fila e falam entre elas sobre suas histórias individuais, seus lutos, dores e sofrimentos.

Novos lugares e velhas memórias: considerações finais

Encostada sobre a tenda que se tornou a sua nova casa, com uma colher de pau nas mãos amassando uma grande panela que coze farinha de milho para a *xima* do almoço, Amina, embora com frequentes sorrisos no rosto, não esconde o desconforto de estar naquele lugar, vestindo apenas uma capulana amarrada dos seios para baixo, diante do olhar de muitos homens. Olha para os lados com uma permanente sensação de desconfiança, levanta-se, pega em finos ramos de pequenas árvores silvestres e mastiga-os para limpar os dentes. Diz ser a única forma que encontrou para garantir a sua higiene bucal. Mastiga os ramos, vira-se para o lado, cospe as fibras e continua repetindo o mesmo exercício, enquanto caminha pelo recinto do centro em direcção à tenda das mulheres mais velhas para saudar sua mãe.

O exercício de prestar atenção às narrativas das mulheres e seu trabalho de memória, que fundamenta este artigo, encontra um argumento de base na necessidade de se interpretar os fenómenos, crenças ou acontecimentos segundo o contexto social em que eles ocorrem, e não em teorias ou categorias externas a esse campo, tal como fez questão de observar HONWANA (2002) num trabalho etnográfico sobre a prática de possessão de espíritos no momento de reintegração social de antigos guerrilheiros às suas comunidades após o fim da guerra havida em Moçambique entre 1977 a 1992. Este exercício se considera interessante porque a interpretação das origens da guerra de em Moçambique foi muitas vezes confortavelmente imputada por alguns estudiosos às conspirações externas. Michel Cahen defende que foi dada muita importância às acções secretas da África do Sul e dos Estados Unidos do que ao modelo de governação interno adoptado pelo governo da Frelimo. Consequentemente, se relegou à Renamo, um grupo de origens externas, a extrema violência perpetrada contra populações civis. Em contrapartida, houve um “silêncio considerável sobre as violentas políticas do exército da Frelimo durante a guerra civil”.

Hoje, diante de um agressor cujas origens, lideranças, motivações, redes de financiamento e reivindicações ainda continuam uma incógnita, a brutal violência dos agentes do Estado contra as populações civis deslocadas das suas aldeias para se abrigar nos centros de acolhimentos, ficou descortinada da suspeição, porque entre os primeiros a tentar interpretar a origem e atribuir um sentido a esta violência vivenciada em Cabo Delgado, estão de certeza as suas vítimas directas.

Muitos intelectuais africanos ou com pesquisas feitas sobre as guerras havidas no período pós-independência, saíram em defesa dessa necessidade de agentes locais, vítimas de um evento particular, contarem suas próprias histórias sobre eventos específicos, e a ter-se uma atenção especial ao seu entendimento sobre os mesmos (MBEMBE, 1992; GESCHIERE, 1997; ENGLUND, 1988; 2002; FRY, 2005 [2001] E COMAROFF E COMARROFF, 2010).

Achile Mbembe [1992; (2001)] fala sobre a necessidade de compreensão e resolução dos vários níveis de problemas africanos a partir de propostas locais e insiste que inovações mais profundas são necessárias para tal exercício. Foi este exercício que me atrevi a desenvolver neste artigo, “devolvendo a palavra aos donos da voz” para que a partir da sua prática mnemónica, nos dessem a saber os seus entendimentos sobre as múltiplas faces da violência a que são expostos nos centros construídos para colher os deslocados de guerra.

Como observei no Centro de Nacaca, Amina, Mamã Fátima e outras centenas de mulheres desterradas que ali buscaram refúgio, com as suas capulanas amarradas entre o peito para baixo do corpo, fixam os seus olhares às muitas guerras que tem de enfrentar no meio de uma guerra maior, diante de olhares indisfarçáveis dos homens de outras mulheres e seus filhos menores com quem hoje partilham os mesmos espaços. Olham para a imensidão de uma terra, cujos solos vermelhos diferem do das suas aldeias origem, e tudo lhes parece estranho. Lá na sua terra, de onde estas mulheres fugiram da guerra, o solo é branco, e sabem o que e quando plantar. Nos finais de tarde os pescadores lhes traziam sempre peixe e ostras para o caril.

A situação de Nacaca é inóspita aos seus hábitos. Os seus objectos de memória se resumem não apenas em melancolia, tristeza, silêncio, luto e inoperância, mas também em busca de esperança e um significado a dar à sua vida naquele lugar. Cada uma dessas mulheres escolheria outras palavras sinónimas para descrever essa sensação revoltante. Agora, como simples fugitivas de uma guerra que desconhecem suas causas, já não têm terra para cultivar, não têm mar para ir buscar peixe e ostras para cozinhar ou secar para vender noutra vila. Estão apenas elas mais a sorte de terem escapado com vida dessa guerra. Tal como se demonstrou ao longo do texto, todas essas sensações remetem-nos para além das noções de memória e silenciamentos, mas também sobre tempo e espaço, história e território, porque todos esses processos, não devem ser pensados separadamente, (POLLACK, 1989; GANGENBACH, 2005; PIETRAFESA DE GODOI, 2020; CHAMBE, 2021). Aliás, porque pensar um é pensar outro.

Referências

ALI, F. A. Women's Agency and violence against Women: The case of the collation on violence against women in Kenya. **African Conflict e Peace building Review**, 7 no. 07; Indiana: The Trustees of Indiana University, 2017.

ANDRADE, I.C.D. **“Tem um espírito que vive dentro dessa pele”: feitiçaria e desenvolvimento em Tete, Moçambique.** (Tese) de Doutorado em Antropologia Social, Unicamp. Campinas: IFCH, Universidade Estadual de Campinas, 2016.

BOURDIEU, P. **Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989-92).** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CASEY, E. S. (1997). How to Get from Space to Place in a Fairly Short Stretch of Time: Phenomenological Prolegomena. In: FELD, S. e BASSO, K. H. (Eds). **Senses of Place.** Santa Fe: School of American Research Press, 1997.

CHAMBE, Z. M. **Entre “vientes” e nativos: Mineração, mobilidade, violências e (re) existências em Montepuez, Moçambique.** (Tese Doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Campinas, 2021.

COMAROFF, J. & COMAROFF, J. Etnografia e imaginação histórica: breve introdução sobre as relações entre a antropologia e arte, desafios analíticos e (in) segurança. Tradução de Iracema Dulley e Olívia Janequine. **Revista de Antropologia e Arte.** V. 01, nº 02, 2010.

CONTEH-MORGAN, E. **Collective political violence: An introduction to the theories and cases of violent conflicts.** London: Routledge, 2004.

CRUZEIRO, M. M. As mulheres e a Guerra Colonial: Um silêncio demasiado ruidoso. **Revista Crítica de Ciências Sociais.** Coimbra: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2004, p. 31-41.

CHO, G. **Haunting the Korean Diaspora: Shame, secrecy, and the forgotten war.** Minneapolis/London: University of Minnesota Press, 2008.

DAS, V. **Life and words: violence and the descent into the ordinary.** London, Berkeley: University of California Press, 2007.

DE PAUW, L. G. **Battle Cries and Lullabies: Women in War from Prehistory to the Present.** Norman, Oklahoma: University of Oklahoma Press, 2014.

DUBOIS, V. Towards a critical policy ethnography: lessons from fieldwork on welfare control in France. **Critical Policy Studies,** Vol. 3, n. p. 2, 221- 239, 2009.

DUBOIS, V. The State, Legal Rigor, and the Poor. In: THELEN, T, VETTERS, L. e BENDA-BECKMANN, K. (Ed). **Stategraphy: toward a relational anthropology of the State.** New York: Berghahn Books, 2017.

EAGER, P. W. From Freedom Fighters to Terrorists: Women and Political Violence. London: Routledge, 2016.

ENGLUND, H. From war to peace on the Mozambique- Malawi Borderland. Edinburg: Edinburgh University Press Ltd., 2002.

FABIAN, J. Anthropology with an attitude: critical essays. California: Stanford University Press, 2001.

FABIAN, J. Memory against culture: arguments and reminders. Durham: Duke University Press, 2007.

FEIJÓ, J. (2021). The Role of Woman in the conflict in Cabo Delgado: Understanding vicious cycles of violence. Dakar: Friedrich-Ebert Stiftung, 2021.

FRY, P. (Org.). Moçambique: Ensaios. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

FRY, P. A persistência da raça: ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África Austral". Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GEFFRAY, C. A Causa das Armas: Antropologia da Guerra Contemporânea em Moçambique. Tradução de Adelaide Odete Ferreira. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

GESCHIERE, P. The Modernity of Witchcraft: Politics and the Occult in Postcolonial Africa. Charlottesville: University of Virginia Press, 1997.

GOUREVITCH, P. Gostaríamos de informá-lo de que amanhã seremos mortos com nossas famílias: Histórias do Rwanda. Tradução de José Geraldo Couto. São Paulo: Companhia do Bolso, 2006.

GOW, P. Of mixed blood: kinship and history in Peruvian Amazonia. Oxford: Oxford University Press, 1991.

HONWANA, A. Espíritos Vivos, Tradições Modernas: Possessões de Espíritos e Reintegração Social Pós-Guerra no Sul de Moçambique. Maputo: Promédia, 2002.

IGREJA, V. Memories as weapons: The politics of peace and silence in post-civil war Mozambique. **Journal of Southern African Studies**, 34 (3), 2008.

ISAACMAN, A. e ISAACMAN, B. **A Ilusão do Desenvolvimento: Cahora Bassa e a História de Moçambique**. Tradução de Eléusio Viegas e Nuno Domingos. Lisboa: Outro Modo Cooperativa Cultural, 2019.

MACHAVA, B. L. **The Morality of Revolution: Urban Cleanup Campaigns, Reeducation Camps, and Citizenship in Socialist Mozambique (1974-1988)**. Dissertation of Doctor of Philosophy (History); Michigan: University of Michigan, 2018.

MANGHEZI, N. **Amizade Traída e Recuperada: O ANC em Moçambique (1976-1990)**. Tradução de Machado da Graça. Maputo: Edição PROMÉDIA, 2007.

MBEMBE, A. **On the Postcolony**. Berkley e Los Angeles: University of California Press, 2001.

MOURA, T., ROQUE, S., ARAÚJO, S., RAFAEL, M. & SANTOS R. Invisibilidades da Guerra e da paz: Violências contra as mulheres na Guiné- Bissau, em Moçambique e em Angola. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Coimbra: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2009.

PIETRAFESA DE GODOI, E. **Apontamentos sobre Memória, Tempo e Pessoa**. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Antropologia, Unicamp, 2020.

PITCHER, A. M. 2006. Forgetting from above and memory from below: Strategies of legitimation and struggle in post socialist Mozambique. **Africa: The Journal of the International African Institute**, vol. 76; No. 1, 2006.

POLLACK, M. Memória, esquecimento, silêncio. Rio de Janeiro: **Estudos Históricos**: vol. 2, no. 3, 1989.

REHN, E. & SIRLEAF, E. J. Women, War and Peace: The Independent Experts' Assessment of the Impact of Armed Conflict on Women and Women's Roles in Peace-building. New York: United Nations Development Fund for Women, 2002.

THELEN, T. VETTERS, L. e BENDA-BECKMANN, K. Introduction- Stategraphy: Relational Modes, Boundary Work, and Embeddedness. In THELEN, T. VETTERS, L. e BENDA-BECKMANN, K. (Ed). **Stategraphy: Toward a relational anthropology of the State.** New York: Berghahn Books, 2018, p. 1-19.

TROUILLOT, M. The Anthropology of the State in the Age of Globalization. **Current Anthropology.** V. 42, no. 1; p. 125-138, 2001.

WILSON, M. Strangers in Africa: Reflections on Nyakyusa, Nguni, and Sotho Evidence. In: SHACK, William e SKINNER, Elliot (Ed.). **Strangers in African Societies.** London: University of California Press, Ltd., 1979.